

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CAMPUS LAGOA DO SINO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA
ENGENHARIA AMBIENTAL

VINÍCIUS TRAMONTINA BIASIN

**ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE PRÁTICAS DE ESG DO SETOR PRIVADO COM
POTENCIAL DE FOMENTO AO PROGRAMA MUNICÍPIO VERDEAZUL.**

BURI - SP
2025

VINÍCIUS TRAMONTINA BIASIN

ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE PRÁTICAS DE ESG DO SETOR PRIVADO COM
POTENCIAL DE FOMENTO AO PROGRAMA MUNICÍPIO VERDEAZUL.

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como exigência parcial para
a obtenção do grau de Bacharel em
Engenharia Ambiental na Universidade
Federal de São Carlos.

Orientadora: Profa. Dr^a. Cláudia Marisse
dos Santos Rotta

Biasin, Vinícius Tramontina

ANÁLISE ESTRATÉGICA DE AÇÕES COLABORATIVAS
ENTRE OS SETORES PÚBLICOS-PRIVADOS QUE
FOMENTAM O PROGRAMA MUNICÍPIO VERDEAZUL. /
Vinícius Tramontina Biasin -- 2025.
40f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos,
campus Lagoa do Sino, Buri

Orientador (a): Cláudia Marisse dos Santos Rotta

Banca Examinadora: Cláudia Marisse dos Santos Rotta,
Anne Alessandra Cardoso Neves, Yovana Maria Barrera
Saavedra

Bibliografia

1. Sustentabilidade Corporativa. 2. Gestão Municipal . 3.
Agenda Local. I. Biasin, Vinícius Tramontina. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Lissandra Pinhatelli de Britto - CRB/8 7539

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA AMBIENTAL

Folha de Aprovação

Assinatura dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso do(a) candidato(a) Vinícius Tramontina Biasin, realizada em 11/07/2025:

Profa. Dra. Cláudia Marisse dos Santos Rotta – Orientador(a)
Centro de Ciências da Natureza – UFSCar – Campus Lagoa do Sino.

Profa. Dra. Anne Alessandra Cardoso Neves
Centro de Ciências da Natureza – UFSCar – Campus Lagoa do Sino.

Profa. Dra. Yovana María Barrera Saavedra
Centro de Ciências da Natureza – UFSCar – Campus Lagoa do Sino.

Dedico este trabalho a minha família, que ensinou-me o valor da educação e me apoiou em toda minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

Com a conclusão deste trabalho, agradeço a todos que contribuíram para minha formação.

Aos meus pais, Kelly e Eduardo, que estiveram presentes em todas as etapas da minha trajetória, com apoio incondicional e participação constante. À minha irmã, Beatriz, e aos meus avôs, por todo incentivo, carinho e confiança em meu caminho.

Agradeço à minha orientadora, professora Cláudia, pelos ensinamentos e paciência, e a todos os meus professores, por todo apoio ao longo da minha formação acadêmica.

À comunidade da UFSCar – Campus Lagoa do Sino, que diariamente se dedica à construção de um espaço inovador, acolhedor e transformador.

Aos meus amigos, que enriqueceram minha caminhada com trocas de experiências, apoio nos momentos difíceis e a vivência de momentos únicos que levarei para sempre.

E a todas as pessoas que cruzaram meu caminho, me ensinaram, construíram comigo e estiveram presentes em diferentes partes dessa jornada, meu sincero agradecimento.

RESUMO

O crescimento acelerado dos centros urbanos e os impactos socioambientais decorrentes intensificaram o debate sobre métricas eficazes de monitoramento que pudessem contribuir com a promoção do desenvolvimento sustentável. Nesse cenário, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela ONU em 2015, orientam políticas públicas em diversas escalas, influenciando iniciativas locais como o Programa Município VerdeAzul (PMVA), criado pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL). O PMVA propõe uma estrutura de avaliação baseada em diretrizes técnicas que visam estimular a gestão ambiental municipal a partir de critérios como governança, educação ambiental, resíduos sólidos, qualidade do ar, entre outros. Contudo, para que os municípios obtenham bom desempenho no programa, é necessário superar desafios como a escassez de recursos financeiros e técnicos. Nesse contexto, parcerias com o segundo setor surgem como alternativas estratégicas, promovendo ações colaborativas que alinham interesses públicos e privados. Neste contexto, este trabalho identifica, a partir do Ranking Merco (Monitor Empresarial de Reputação Corporativa) de Responsabilidade ESG (Environmental, Social and Governance), iniciativas de empresas líderes em sustentabilidade e analisa como essas ações podem ser adaptadas e replicadas para fortalecer o desempenho dos municípios nas diretrizes do PMVA. A partir da análise de relatórios de sustentabilidade, identificaram-se práticas com forte potencial de impacto local, reforçando a importância das parcerias público-privadas como instrumento para acelerar a transição verde e alcançar metas ambientais e sociais de forma integrada.

Palavras Chaves: Sustentabilidade; Governança; ODS; Relatórios; Desenvolvimento.

ABSTRACT

The accelerated growth of urban centers and the resulting socio-environmental impacts have intensified the debate on effective monitoring metrics that could contribute to the promotion of sustainable development. In this scenario, the Sustainable Development Goals (SDGs), proposed by the UN in 2015, guide public policies at various scales, influencing local initiatives such as the Programa Município VerdeAzul (PMVA), created by the Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL). The PMVA proposes an evaluation structure based on technical guidelines that aim to stimulate municipal environmental management based on criteria such as governance, environmental education, solid waste, air quality, among others. However, for municipalities to perform well in the program, it is necessary to overcome challenges such as the scarcity of financial and technical resources. In this context, partnerships with the second sector emerge as strategic alternatives, promoting collaborative actions that align public and private interests. In this context, this work identifies, from the the Merco (Corporate Reputation Business Monitor) ESG (Environmental, Social and Governance) Responsibility Ranking, initiatives of leading companies in sustainability and analyzes how these actions can be adapted and replicated to strengthen the performance of municipalities in the PMVA guidelines. Based on the analysis of sustainability reports, practices with strong potential for local impact were identified, reinforcing the importance of public-private partnerships as an instrument to accelerate the green transition and achieve environmental and social goals in an integrated manner.

Keywords: Sustainability; Governance; SDGs; Reports; Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fluxograma da metodologia de desenvolvimento deste trabalho.....	21
Figura 2: Representação gráfica da disponibilização pública de relatórios de sustentabilidade das 50 empresas analisadas.....	24
Figura 3: Representação gráfica da disponibilização pública de relatórios de sustentabilidade em língua portuguesa pelas 50 empresas analisadas.....	25
Figura 4: Representação gráfica da disponibilização pública de canais de comunicação simplificados pelas 50 empresas analisadas.....	26
Figura 5: Representação gráfica da abordagem explícita de iniciativas realizadas em municípios brasileiros nos relatórios de sustentabilidade das 50 empresas analisadas.....	27

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	12
Quadro 2: Diretrizes do Programa Município VerdeAzul (PMVA) e critérios de avaliação.....	14
Quadro 3: Relação das diretrizes do Programa Município VerdeAzul (PMVA) com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	18
Quadro 4: As 50 empresas melhores posicionadas no Ranking Merco de Responsabilidade ESG no ano de 2024.....	22
Quadro 5: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) contemplados nas iniciativas mapeadas.....	32
Quadro 6: Diretrizes do Programa Município VerdeAzul (PMVA) contempladas nas iniciativas mapeadas.....	32

LISTA DE SIGLAS

AU - Arborização Urbana

BIO - Biodiversidade

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

EA - Educação Ambiental

ESG - *Environmental, Social and Governance*

GA - Governança Ambiental

GEE - Gases de Efeito Estufa

MC - Mudanças Climáticas

MERCO - Monitor Empresarial de Reputação Corporativa

ONU - Organização das Nações Unidas

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM),

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PEVs - Pontos de Entrega Voluntária

PMVA - Programa Município VerdeAzul

QA - Qualidade do Ar

RH - RECURSOS HÍDRICOS

RS - Resíduos Sólidos

SB - Saneamento Básico

SEMIL - Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. OBJETIVOS.....	11
2.1 Objetivo geral.....	11
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	11
3.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	11
3.2 Programa Município VerdeAzul (PMVA).....	13
3.3 Convergência do Programa Município Verde Azul e os ODS.....	17
3.4 Ranking Merco de Responsabilidade ESG.....	18
3.5 Sustentabilidade e valor de marca.....	20
4. METODOLOGIA.....	21
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	22
5.1 Levantamento estatístico das empresas monitoradas.....	22
5.2 Boas práticas de parcerias mercado-governo.....	28
5.3 Oportunidades de aproximação entre o setor público-privado.....	33
6. CONCLUSÃO.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36

1. INTRODUÇÃO

Diante do crescimento exponencial dos centros urbanos e sua configuração para suprir necessidades intramunicipais, torna-se presente o debate sobre métricas a serem monitoradas para mitigar impactos e promover um desenvolvimento urbano sustentável. Buscando construir coletivamente metas para o monitoramento dos impactos das cidades, em setembro de 2000 a Organização das Nações Unidas (ONU) desenvolveu os objetivos de desenvolvimento do milênio, que compreendem uma declaração com 8 metas a serem atingidas até o ano de 2015, que posteriormente, na Rio+20 de 2015, fomentaram a construção de uma agenda global com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), que atuam em diferentes vertentes, sendo elas: erradicação de pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padronização de consumo, produção, cidades sustentáveis, mudanças climáticas, proteção de ecossistemas. Essas vertentes visam promover ações globais e locais que fomentem um futuro em equilíbrio com os ecossistemas e uma equidade social (ONU, 2015).

Ações globais lideradas por governos internacionais servem de modelo para ações locais de desenvolvimento e planejamento urbano, que atendem as necessidades de diferentes localizações e realidades. Desejando atender às vertentes globais, a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), em 2007, estruturou o Programa Município VerdeAzul (PMVA), com o propósito de medir e apoiar a eficiência da gestão ambiental na esfera municipal, apoiando as agendas locais dos municípios do estado de São Paulo. O programa tem como princípios classificar e premiar as cidades, a partir de uma pontuação, atribuída a partir de um critério de avaliação, para ações que atendam as seguintes diretrizes propostas: governança ambiental, adaptação às mudanças climáticas, educação ambiental, saneamento básico, resíduos sólidos, qualidade do ar e mitigação dos Gases de Efeito Estufa (GEE), biodiversidade e arborização urbana, recursos hídricos e zoneamento ecológico-econômico (SEMIL, 2024).

Para conseguir atender os indicadores e garantir a pontuação no PMVA, os governantes precisam colocar em prática algumas atividades, podendo enfrentar alguns obstáculos para garantir a execução almejada. Um desses obstáculos refere-se a captação de recursos financeiros, visto que ações ambientais envolvem

custos técnicos e operacionais para a execução prática das iniciativas (Swanson & Lundethors, 2003).

Destarte é necessária a diversificação na captação de recursos, buscando a participação da comunidade que reside e empreende no local. De tal forma, uma vertente dessa diversificação de captação, abrange as parcerias com o segundo setor, terminologia sociológica representada pelo mercado privado (Abramovay, 2012).

Existem diversos caminhos para firmar tais parcerias, entretanto o interesse por ações colaborativas entre governos e empresas é mútuo, devido às corporações buscarem contemplar os ODS, buscando conformidade com suas normas e sistemas de gestão ambiental, fortalecendo práticas de *Environmental, Social and Governance* (ESG), equilibrando lucros e responsabilidade corporativa, o que aumenta as oportunidades comerciais. Em suma, essa parceria pode ser explorada a fim de contemplar e alinhar interesses em comum entre governo-mercado promovendo ações de cunho ambiental, gerando benefícios à sociedade, visto que, se exploradas por gestores, essas ações podem contribuir para as pontuações no PMVA (Abramovay, 2012).

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar as ações praticadas pelo segundo setor nos municípios do estado de São Paulo, que contribuem para a pontuação dos municípios junto ao Programa Município VerdeAzul, assim como para o atendimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A ideia de desenvolvimento sustentável, consolidada no relatório “Nosso Futuro Comum” (Relatório Brundtland) de 1987, passou a integrar, de forma

progressiva, o vocabulário das políticas públicas e da cooperação internacional. Segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), o desenvolvimento sustentável é aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades” (ONU, 1987). Essa definição tornou-se base para a estruturação de agendas globais de longo prazo, culminando inicialmente nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), propostos pela Organização das Nações Unidas, no ano 2000 e com vigência até 2015 (Cardoso; Santos Jr., 2019).

Com o encerramento dos ODM e o reconhecimento de que os desafios globais exigem ações mais integradas, a ONU lançou, em 2015, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, estruturada em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas. Esses objetivos abrangem dimensões interdependentes da sustentabilidade, e propõem uma abordagem sistêmica para os desafios contemporâneos (Tabela 1) (ONU, 2015).

Quadro 1: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	
1 Erradicação da Pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2 Fome Zero e Agricultura Sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3 Saúde e Bem-Estar	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4 Educação de Qualidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
5 Igualdade de Gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6 Água Potável e Saneamento	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
7 Energia Limpa e Acessível	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
9 Indústria, Inovação e	Construir infraestruturas resilientes, promover a

Infraestrutura	industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10 Redução das Desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
11 Cidades e Comunidades Sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12 Consumo e Produção Responsáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
13 Ação Contra a Mudança Global do Clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
14 Vida na Água	Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15 Vida Terrestre	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
17 Parcerias e Meios de Implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: ONU(2015).

A Agenda 2030, portanto, representa um instrumento normativo global, mas com forte implicação para a governança local, especialmente para os municípios, que são os responsáveis diretos pela implementação de diversas metas associadas aos ODS (ONU, 2015).

3.2 Programa Município VerdeAzul (PMVA)

No estado de São Paulo a gestão ambiental municipal é incentivada pelo Programa Município VerdeAzul que estimula as cidades a adotarem iniciativas que promovem a regeneração e o uso consciente do meio ambiente (SEMIL, 2024). Ao adotar ações nas 10 diretrizes do PMVA (Tabela 2), os municípios recebem uma pontuação no programa conforme os critérios de avaliação vigentes. As cidades que atingem boa pontuação, recebem um retorno em

premiações, ao mesmo tempo que geram melhor qualidade de vida aos municípios, que é o principal propósito do programa (Dantas e Passador, 2020).

Quadro 2: Diretrizes do Programa Município VerdeAzul (PMVA) e critérios de avaliação.

DIRETIVA	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
DIRETIVA 1 – GOVERNANÇA AMBIENTAL (GA)	GA1 Possui Estrutura Administrativa com atribuição específica de gestão ambiental? GA2 Possui Conselho Municipal de Meio Ambiente, com composição paritária, devidamente nomeado e em pleno funcionamento? GA3 Possui Política Municipal de Contratações Públicas Sustentáveis ou adota critérios de sustentabilidade nas suas licitações, compras e contratações públicas? GA4 Possui Fundo Municipal de Meio Ambiente? GA5 Aderiu formalmente a alguma solução regionalizada para o meio ambiente?
DIRETIVA 2 – ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS (MC)	MC1 Possui Plano Municipal ou Regional de Adaptação e Resiliência Climática? MC2 Desenvolve ações relacionadas à adaptação às mudanças climáticas em áreas de riscos sob administração municipal em consonância com a Defesa Civil do Estado? MC3 Possui Defesa Civil ou estrutura com atribuição similar? MC4 Possui Conselho Municipal devidamente regulamentado? de Proteção e Defesa Civil MC5 Realiza ações educativas em relação a mudanças climáticas ou sobre Redução de Riscos e Desastres (RRD) no ensino fundamental? MC6 Possui legislação municipal que disponha de incentivo(s) ou padrão(oês) construtivo(s) sustentável(is) ou incentiva projetos de terceiros a habitação sustentável e de eficiência energética, redução de perdas, normas técnicas que assegurem qualidade e desempenho dos produtos, uso de materiais reciclados e de fontes alternativas e renováveis de energia?
DIRETIVA 3 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA)	EA1 Possui Programa Municipal de Educação Ambiental? EA2 Possui dotação orçamentária específica para atividades de educação ambiental? EA3 Possui Centros e/ou Espaços de Educação Ambiental?
DIRETIVA 4 – SANEAMENTO BÁSICO – ÁGUA, ESGOTO E DRENAGEM (SB)	SB1 Possui Plano Municipal de Saneamento Básico (Água e Esgoto)? SB2 Possui Plano Municipal de Drenagem? SB3 O Plano de Saneamento está alinhado às

	<p>metas do Novo Marco Regulatório do Saneamento (Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020)?</p> <p>SB4 Possui órgão regulador dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto?</p> <p>SB5 Apresentou sumário executivo ou relatório de gestão referente a abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto?</p> <p>SB6 Existe publicação na conta de água dos resultados dos parâmetros básicos monitorados na rede de distribuição de água, conforme Portaria GM/MS nº 888/2021?</p>
DIRETIVA 5 – RESÍDUOS SÓLIDOS (RS)	<p>RS1 Possui Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS – Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010)?</p> <p>RS2 Realiza programa municipal de coleta seletiva?</p> <p>RS3 O Índice de Gestão de Resíduos (IGR) do município está preenchido e finalizado na plataforma de Gestão de Resíduos Sólidos na SEMIL?</p> <p>RS4 Possui iniciativa de coleta de resíduos volumosos e da construção civil?</p> <p>RS5 Faz destinação ambientalmente adequada dos resíduos de limpeza urbana?</p>
DIRETIVA 6 – QUALIDADE DO AR E MITIGAÇÃO DE GEE (QA)	<p>QA1 Realizou ação que tenha promovido ou incentivado o uso e geração de energia limpa?</p> <p>QA2 Implantou iluminação pública de led em algum novo trecho da área urbana?</p> <p>QA3 Realizou investimentos para substituição de frota de transporte público para tecnologias mais limpas?</p> <p>QA4 Realiza ou exige inspeção e manutenção periódica anual ou semestral de veículos diesel das frotas próprias e de concessionárias, com verificação de fumaça/opacidade?</p> <p>QA5 Ampliou ou aperfeiçoou infraestrutura de mobilidade urbana?</p> <p>QA6 Aderiu à Operação São Paulo Sem Fogo ou possui Brigada Municipal Contra Incêndios Florestais?</p> <p>QA7 Participou da Oficina Preparatória da Defesa Civil do Estado sobre estiagem?</p> <p>QA8 Realiza ações educativas e de fiscalização em relação ao controle de queimadas irregulares e incêndios florestais?</p>
DIRETIVA 7 – BIODIVERSIDADE (BIO)	<p>BIO1 Possui Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica e/ou de Cerrado?</p> <p>BIO2 Executa políticas de incentivo para conservação, restauração ou adoção de soluções baseadas na natureza?</p> <p>BIO3 Participou das capacitações sobre os</p>

	<p>temas de coexistência humano-fauna e destinação de fauna silvestre, promovidas pela SEMIL?</p> <p>BIO4 Realiza ações para conservação da fauna silvestre local em parceria com a SEMIL?</p> <p>BIO5 Executa iniciativas que visam à restauração ecológica, priorizando projetos cadastrados no Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica (SARE)?</p> <p>BIO6 Realiza iniciativas de apoio à produção agroecológica local?</p> <p>BIO7 Realiza ações para promover a guarda responsável, controle populacional e bem-estar de cães e gatos no município?</p>
DIRETIVA 8 – ARBORIZAÇÃO URBANA (AU)	<p>AU1 Possui Plano Municipal de Arborização Urbana?</p> <p>AU2 Possui legislação e/ou plano municipal que proíba o uso de espécies exóticas invasoras nas ações de arborização urbana?</p> <p>AU3 As iniciativas de arborização urbana priorizam o uso de espécies nativas?</p> <p>AU4 Possui ou realiza trabalho efetivo para o aumento do percentual da cobertura vegetal no perímetro urbano?</p>
DIRETIVA 9 – RECURSOS HÍDRICOS (RH)	<p>RH1 Possui Plano/Programa para a Despoluição de Córregos ou Plano /Programa de Conservação/Restauração de Áreas de Preservação Permanente (APPs)?</p> <p>RH2 Realizou, no mínimo, uma ação prevista no Plano/Programa para a Despoluição de Córregos ou Plano/Programa de Conservação/Restauração de Áreas de Preservação Permanente (APPs)?</p> <p>RH3 Executa ação de controle de erosão ou de assoreamento de cursos d'água?</p> <p>RH4 Realiza ações de incentivo ou cadastramento de áreas do município no banco de áreas do "Programa Nascentes" ou programas municipais para fins de restauração ecológica de nascentes?</p> <p>RH5 Possui outorgas de captação(ões) para abastecimento público vigentes (Serviço Municipal ou Concessionária)?</p> <p>RH6 Possui ação de desassoreamento de curso d'água?</p>
DIRETIVA 10 – ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO (ZEE)	<p>ZEE1 Realizou alguma ação mencionada nas diretrizes aplicáveis do ZEE-SP à sua Zona, de acordo com o decreto nº 67.430/22?</p> <p>ZEE2 Realizou o exercício proposto sobre o ZEE-SP, nos termos do manual do PMVA?</p>

Fonte: Adaptado de São Paulo (2023).

Cada diretriz do programa se desdobra em indicadores específicos que são acompanhados anualmente pela SEMIL, e que resultam em uma pontuação atribuída a cada município. Essa avaliação leva em consideração não apenas a existência de políticas públicas ambientais, mas também sua efetividade, capacidade de articulação intersetorial e envolvimento da sociedade civil. O conjunto desses critérios forma uma matriz técnica de avaliação, que orienta tanto os gestores municipais quanto os órgãos estaduais na promoção de um desenvolvimento territorial equilibrado e ambientalmente responsável (Dantas e Passador, 2020).

A SEMIL, entende que o programa é uma oportunidade de fomentar a agenda local e estabelecer parceria com os municípios, apoiando com conhecimento técnico, respaldo jurídico e outros fatores, aprimorando assim a gestão ambiental do estado. Por outro lado, enxerga-se a possibilidade do intercâmbio de conhecimentos entre os municípios, sendo possível a propagação de boas práticas aplicadas em diferentes locais (SEMIL, 2023).

3.3 Convergência do Programa Município Verde Azul e os ODS.

A integração entre as diretrizes do Programa Município VerdeAzul (PMVA) e os princípios de ESG (*Environmental, Social and Governance*) adotados por empresas privadas revela uma sinergia estratégica para o fortalecimento da política ambiental local. De um lado, os municípios enfrentam desafios como restrições orçamentárias, escassez de pessoal técnico e dificuldades operacionais para implementar ações que atendam às diretrizes estabelecidas pela SEMIL. De outro, o setor corporativo tem avançado em suas práticas de responsabilidade socioambiental, motivado por critérios de reputação, mitigação de riscos e criação de valor institucional. Essa convergência cria um espaço fértil para parcerias colaborativas que reforcem tanto os resultados das administrações públicas quanto o posicionamento sustentável das empresas (Oliveira *et al.*, 2023).

As diretrizes do PMVA são temáticas contempladas também nos pilares ESG. Com isso, diversas iniciativas estruturadas pelas empresas podem ser adaptadas para o território municipal, respeitando as especificidades locais e ampliando o alcance dos impactos positivos. Esse tipo de replicação estratégica

permite que os municípios avancem nas metas do programa e nos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ao mesmo tempo em que oferecem às empresas um ambiente institucional mais favorável para implementar suas ações de impacto, tal como apresenta a Tabela 3 (Oliveira *et al.*, 2023).

Quadro 3: Relação das diretivas do Programa Município VerdeAzul (PMVA) com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Diretivas do PMVA - 2024	ODS da Agenda 2030
DIRETIVA 1 – GOVERNANÇA AMBIENTAL (GA)	16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) 17 (Parcerias e Meios de Implementação)
DIRETIVA 2 – ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS (MC)	13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima)
DIRETIVA 3 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA)	04 (Educação de Qualidade) 12 (Consumo e Produção Responsáveis)
DIRETIVA 4 – SANEAMENTO BÁSICO – ÁGUA, ESGOTO E DRENAGEM (SB)	6 (Água Potável e Saneamento)
DIRETIVA 5 – RESÍDUOS SÓLIDOS (RS)	11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) 12 (Consumo e Produção Responsáveis)
DIRETIVA 6 – QUALIDADE DO AR E MITIGAÇÃO DE GEE (QA)	3 (Saúde e Bem-Estar)
DIRETIVA 7 – BIODIVERSIDADE (BIO)	15 (Vida Terrestre)
DIRETIVA 8 – ARBORIZAÇÃO URBANA (AU)	15 (Vida Terrestre)
DIRETIVA 9 – RECURSOS HÍDRICOS (RH)	3 (Saúde e Bem-Estar) 6 (Água Potável e Saneamento)
DIRETIVA 10 – ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO (ZEE)	3 (Saúde e Bem-Estar), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) 13 (13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima))

Fonte: Adaptado de Oliveira *et al.* (2023).

3.4 Ranking Merco de Responsabilidade ESG

O Monitor Empresarial de Reputação Corporativa (MERCOS) é um instrumento desenvolvido em 1999 na Espanha pelo professor Justo Villafañe, especialista em comunicação corporativa e estratégia reputacional (Cabrer, 2021). Inicialmente criado para mensurar a reputação empresarial de forma

ampla, o MERCOSUL passou a desenvolver subcategorias específicas, sendo uma das mais recentes e relevantes o ranking ESG, que incorpora critérios de sustentabilidade e impacto social. Na América Latina, o MERCOSUL é aplicado desde 2000, com base em metodologias replicadas em diversos países, adaptadas aos contextos locais (MERCOSUL, 2025).

No campo da reputação corporativa, destaca-se o papel desempenhado pelos rankings especializados. O Ranking Mercosul de Responsabilidade ESG tem se consolidado como uma das principais referências na avaliação da imagem e do compromisso sustentável das empresas na América Latina. A publicação anual do ranking MERCOSUL não apenas divulga os posicionamentos institucionais, mas tornou-se um evento de grande relevância, gerando expectativa significativa no meio empresarial e reunindo importantes lideranças corporativas (Lizarzaburu Bolaños; del Brío, 2016).

Desde 2022, o Ranking Mercosul de Responsabilidade ESG Brasil ganhou maior protagonismo no campo das métricas de responsabilidade empresarial. Seu foco está em mensurar, sob o prisma da reputação, como as empresas se posicionam e se comportam frente a critérios ambientais, sociais e de governança. Em sua edição de 2024, o ranking passou a ser considerado uma das referências mais relevantes para a identificação de boas práticas corporativas em sustentabilidade no país, o monitor é auditado, pela revisão independente da *KPMG International*. Sua metodologia é pública tanto quanto seus resultados e históricos de publicações (MERCOSUL, 2025).

O Ranking se destaca também por sua metodologia robusta, baseada em um modelo *multistakeholder* que assegura ampla legitimidade ao processo de avaliação. A participação das empresas é pública e gratuita, o que reforça a credibilidade do resultado final. O modelo *multistakeholder* emprega múltiplas fontes de informação e contempla a participação de diferentes públicos, como diretores empresariais, especialistas, consumidores e representantes da sociedade digital, sendo a avaliação conduzida com base em mais de 200 indicadores. Essa abordagem torna o ranking uma ferramenta técnica e confiável para a análise da reputação e do desempenho socioambiental das empresas brasileiras com mais de R\$200 milhões de faturamento anual (Farias *et al.*, 2022).

3.5 Sustentabilidade e valor de marca

A integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na estratégia corporativa emerge como um pilar fundamental para a sustentabilidade e a competitividade empresarial. Longe de ser meramente uma iniciativa de responsabilidade social ou filantropia, a adesão aos ODS representa um imperativo estratégico que gera valor compartilhado, impulsiona a inovação e fomenta a resiliência dos negócios. Empresas que alinham suas operações e modelos de negócio aos ODS não apenas contribuem para a superação de desafios globais, mas também acessam novos mercados, aprimoram sua eficiência operacional e atraem investimentos sustentáveis, evidenciando um desempenho financeiro superior a longo prazo (Penna *et al.*, 2022).

Adicionalmente, o compromisso com os ODS fortalece a reputação corporativa e a licença social para operar, aspectos cada vez mais valorizados por consumidores, talentos e reguladores. Em um cenário onde a conscientização ambiental e social é crescente, consumidores buscam marcas com propósitos claros, e profissionais buscam empregadores que demonstrem impacto positivo (Abramovay, 2012).

A proatividade na mitigação de riscos regulatórios, a resiliência frente a choques climáticos e sociais, e a melhoria da governança corporativa são benefícios tangíveis da internalização dos ODS, conferindo maior estabilidade e longevidade às organizações (Abramovay, 2012).

No contexto brasileiro, que enfrenta desafios sociais e ambientais complexos, a contribuição empresarial para os ODS adquire uma relevância ainda maior, transformando problemáticas em oportunidades de desenvolvimento e crescimento sustentável (Abramovay, 2012).

Dessa forma, a agenda 2030, materializada nos ODS, oferece um *framework* robusto para as empresas redefinirem suas prioridades, recalibrarem suas operações e engajarem-se de forma mais significativa com as demandas da sociedade. A transição para modelos de negócios sustentáveis, guiada por esses objetivos, não é apenas uma questão de conformidade ou imagem, mas uma estratégia essencial para a criação de valor sustentado, a diferenciação no mercado (Abramovay, 2012).

Essa lógica de aproximação não é apenas operacional, mas também reputacional. Existe uma relação direta entre sustentabilidade, ética empresarial e valorização da marca. Empresas que integram práticas ESG de forma coerente com sua cultura organizacional observam um aumento expressivo no valor percebido de suas marcas por parte de consumidores, investidores e demais *stakeholders* (Morea *et al.*, 2023).

4. METODOLOGIA

O desenvolvimento deste trabalho ocorreu conforme as etapas apresentadas pelo fluxograma (Figura 1).

Figura 1: Fluxograma da metodologia de desenvolvimento deste trabalho.



Fonte: Autoria própria

A pesquisa fundamentou-se em uma abordagem qualitativa, tendo como base para a coleta de dados os relatórios de sustentabilidade das empresas mais bem posicionadas no Ranking MERCOSUL de Responsabilidade ESG 2024. Foram analisadas as 50 primeiras companhias listadas no ranking, de 100 empresas listadas de forma pública, a escolha pelas 50 primeiras empresas fundamentou-se por ser uma parcela significativa do ranking, optando pelas empresas que se destacaram, o que possibilitou uma visão ampla sobre os compromissos institucionais e as práticas associadas à sustentabilidade. A etapa inicial consistiu em uma classificação primária, com base nos seguintes critérios:

- Página dedicada à sustentabilidade no site da empresa.
- Publicação de relatórios de sustentabilidade.
- Disponibilidade dos relatórios no idioma português.
- Canais de contato para relacionamento com a comunidade.
- Ações de desenvolvimento da comunidade local no Brasil.

Após essa classificação inicial, foi realizada uma avaliação da disponibilidade e da acessibilidade das informações fornecidas pelas empresas sobre sustentabilidade em seus canais institucionais. Essa etapa permitiu verificar o nível de transparência e de detalhamento oferecido ao público externo em relação às estratégias de sustentabilidade corporativas adotadas. Em seguida, a pesquisa avançou para uma análise qualitativa dos conteúdos apresentados nos relatórios, com foco na identificação de ações presentes nos relatórios de desenvolvimento sustentável local no estado de São Paulo, especialmente em municípios onde essas empresas estão instaladas. Essa análise buscou mapear iniciativas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e às diretrizes do Programa Município VerdeAzul (PMVA), possibilitando uma leitura integrada entre compromissos empresariais, atuação territorial e políticas públicas locais.

Após a análise das iniciativas e sua classificação segundo os ODS e diretrizes do PMVA, realizou-se uma fase de identificação de oportunidades. Essa etapa teve como objetivo identificar oportunidades e propor caminhos de aproximação entre o setor público e o setor privado, considerando as práticas identificadas nos relatórios de sustentabilidade das 50 empresas analisadas. Buscou-se, com isso, avaliar a viabilidade de replicação das ações nos municípios, considerando aspectos como escala, recursos necessários e aderência às diretrizes do PMVA. Essa etapa permitiu refletir sobre o potencial de cooperação institucional e sugerir pontos de atenção e estratégias que possam fortalecer a articulação entre empresas e gestores públicos. Ao final, o trabalho se conclui com uma sistematização crítica das práticas observadas, destacando os aprendizados extraídos e caminhos possíveis para futuras implementações locais.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Levantamento estatístico das empresas monitoradas

Em 2024, as 50 empresas mais bem posicionadas no Ranking Merco de Responsabilidade ESG compreenderam aquelas apresentadas na Tabela 4, servindo como referência para a análise das boas práticas e para o desenvolvimento desta pesquisa.

Quadro 4: As 50 empresas melhores posicionadas no Ranking Merco de Responsabilidade ESG no ano de 2024.

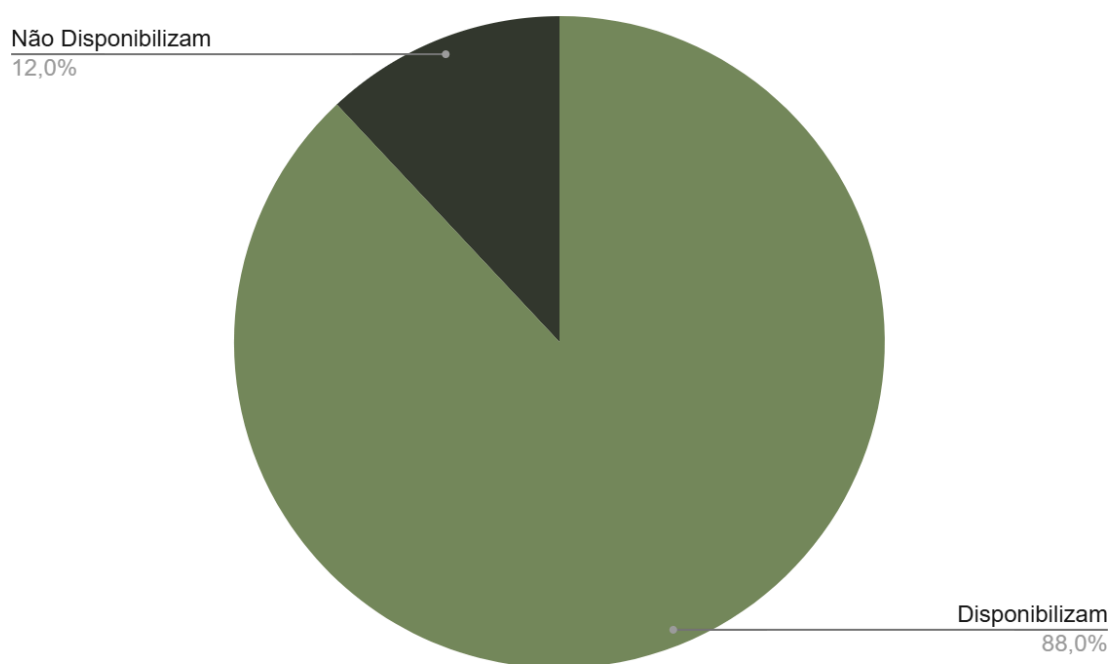
Posição	Empresa	Posição	Empresa	Posição	Empresa
1	Natura	18	PepsiCo	35	Suzano
2	Grupo Boticário	19	Alpargatas	36	Mondelez International
3	Ambev	20	Pfizer	37	Ipiranga
4	Mercado Livre	21	Avon	38	Samsung
5	Nestlé	22	Hospital Albert Einstein	39	Nike
6	Magalu	23	Heineken	40	Gerdau
7	Toyota	24	Microsoft	41	Tramontina
8	Unilever	25	Porto Seguro	42	McDonald's
9	Google	26	Vivo	43	Banco do Brasil
10	Johnson & Johnson	27	Netflix	44	Klabin
11	Itaú	28	Renner	45	Volkswagen
12	Hospital Sírio-Libanês	29	Ultrafarma	46	Colgate-Palmolive
13	Amazon	30	Honda	47	iFood
14	Coca-Cola	31	L'Oréal	48	Stellantis
15	Bradesco	32	Danone	49	Bayer
16	Procter & Gamble (P&G)	33	Cacau Show	50	Petrobras
17	Apple	34	Nubank		

Fonte: Autoria própria.

Uma análise realizada sobre os 50 posicionamentos públicos das empresas listadas no Ranking Merco de Responsabilidade ESG 2024 permitiu identificar que todas as companhias possuem páginas específicas em seus sites corporativos dedicadas à temática da sustentabilidade. Nessas páginas, são apresentados os compromissos assumidos pelas organizações, bem como as diretrizes e os programas voltados à agenda ESG. Das 50 empresas analisadas,

44 disponibilizam relatórios de sustentabilidade publicados de forma pública e simplificada nos respectivos sites institucionais (Figura 2).

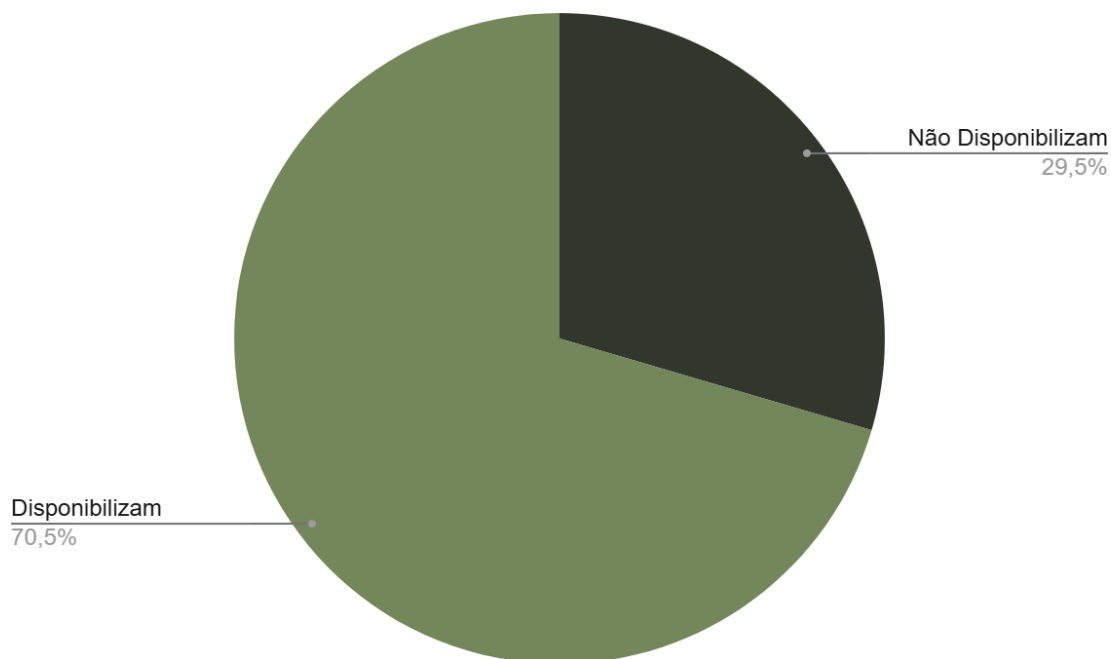
Figura 2: Representação gráfica da disponibilização pública de relatórios de sustentabilidade das 50 empresas analisadas.



Fonte: Autoria própria.

Dentre os 44 relatórios encontrados, observou-se que 31 estavam disponíveis em idioma português, enquanto os 13 restantes foram publicados apenas em idiomas estrangeiros, dificultando o acesso por parte de gestores públicos locais interessados em compreender as práticas socioambientais dessas empresas no Brasil. Esse fator representa uma limitação no processo de articulação territorial, uma vez que a transparência e a acessibilidade da informação são elementos essenciais para fomentar parcerias entre setor público e privado (Figura 3).

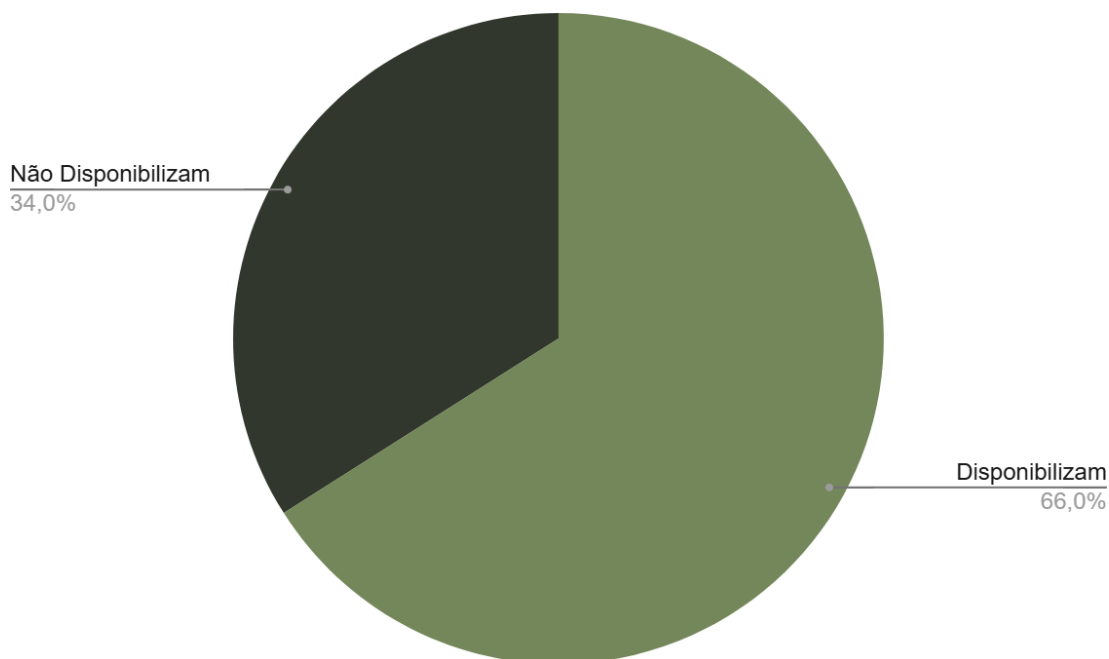
Figura 3: Representação gráfica da disponibilização pública de relatórios de sustentabilidade em língua portuguesa pelas 50 empresas analisadas.



Fonte: Autoria própria.

Outro aspecto relevante observado foi a existência de canais de contato voltados à sustentabilidade: 33 das empresas analisadas disponibilizam meios de comunicação simplificados como formulários, e-mails ou páginas de sugestões, voltados a dúvidas, propostas e interações relacionadas às suas iniciativas ambientais e sociais exercidas pelas companhias, incluindo ações para o desenvolvimento das comunidades locais onde estão inseridas (Figura 4).

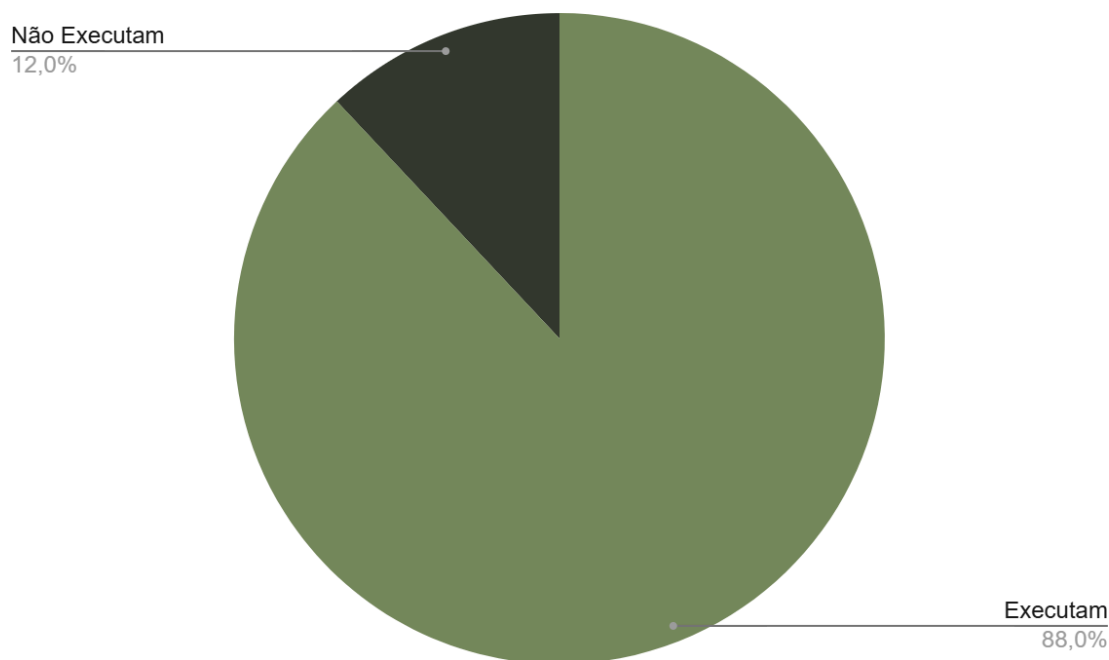
Figura 4: Representação gráfica da disponibilização pública de canais de comunicação simplificados pelas 50 empresas analisadas.



Fonte: Autoria própria.

No que se refere ao conteúdo dos relatórios e páginas institucionais, constatou-se que 44 das companhias apresentam informações explícitas sobre iniciativas realizadas em municípios brasileiros, com ênfase nos três pilares da sustentabilidade: ambiental, social e econômico. Essas ações variam em escala, abrangência e tipo de atuação, mas convergem no objetivo comum de mitigar impactos negativos da cadeia produtiva e de contribuir para o desenvolvimento territorial sustentável (Figura 5).

Figura 5: Representação gráfica da abordagem explícita de iniciativas realizadas em municípios brasileiros nos relatórios de sustentabilidade das 50 empresas analisadas.



Fonte: Autoria própria.

Dessa forma, identificou-se um cenário promissor de boas práticas por parte das empresas, que não apenas se comprometem com ações sustentáveis, mas também se mostram abertas à interação com os municípios em que estão instaladas. Essa abertura representa uma oportunidade estratégica para os gestores públicos, ao identificar interlocutores internos nas companhias e compreender suas agendas de responsabilidade socioambiental, possibilitando a proposição de projetos colaborativos que, ao mesmo tempo, ampliem o impacto positivo das empresas e contribuam para a pontuação municipal nas diretrizes do Programa Município VerdeAzul (PMVA).

As iniciativas relatadas demonstram potencial de replicação, inclusive em municípios de pequeno e médio porte. Entre os exemplos mais recorrentes nos relatórios, destacam-se: campanhas de educação ambiental voltadas à rede pública de ensino; projetos de reflorestamento e recuperação de nascentes; estruturação e capacitação de cooperativas de reciclagem, com impacto direto na redução da destinação de resíduos a aterros; e instalação ou melhoria de

infraestrutura hídrica, com foco no acesso à água potável. Essas práticas, quando adequadamente integradas às políticas públicas locais, tornam-se instrumentos eficazes de transformação territorial, possibilitando não apenas o cumprimento de metas do PMVA, mas também a consolidação de um modelo de desenvolvimento mais justo.

5.2 Boas práticas de parcerias mercado-governo

A partir da leitura dos relatórios de sustentabilidade das 50 empresas melhor posicionadas no Ranking Merco de Responsabilidade ESG, foi possível mapear algumas iniciativas que podem servir de exemplo para outros municípios no estado de São Paulo, permitindo gestores ampliarem seu conhecimento e articulação, buscando responsáveis dentro das empresas para desenvolver novos projetos e estratégias e assim garantir uma maior pontuação no programa.

Dentre as 44 empresas que divulgaram ações voltadas ao desenvolvimento sustentável, conforme demonstrado na Figura 5, 12 companhias apresentaram iniciativas implementadas nos limites do estado de São Paulo.

O Itaú investiu R\$56,4 milhões em projetos de mobilidade urbana com foco na inserção da bicicleta como modal de transporte nos grandes centros urbanos. A iniciativa, que resultou em mais de 18,4 milhões de viagens de *bike* e evitou a liberação de 5.408 milhões de toneladas de CO₂ (ITAU, 2024), contribuiu diretamente para a Diretriz 6 – Qualidade do Ar e Mitigação de GEE (QA) do PMVA e o ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima. No contexto da cidade de São Paulo, o apoio à infraestrutura cicloviária municipal favoreceu o alcance de metas do PMVA relacionadas à melhoria da qualidade do ar, além de ampliar a visibilidade do município em agendas de mobilidade sustentável. O benefício institucional para o município não se limitou à redução de emissões: houve também ganhos em planejamento urbano e em imagem pública de inovação ambiental. Essa iniciativa, embora potente, é um *case* com maiores possibilidades em municípios de grande população devido aos seus altos custos de implantação e manutenção.

Por meio do Grupo Verde, o Banco do Brasil promoveu o plantio de 50 mil árvores nos municípios de São Paulo e Franca, utilizando sistemas agroflorestais. Essa prática está alinhada à Diretriz 8 – Arborização Urbana (AU), aumentando o

percentual de cobertura vegetal do município em seu perímetro urbano, contribuindo de forma estratégica para a recuperação de áreas urbanas e periurbanas degradadas, além de proporcionar múltiplos benefícios ecossistêmicos. A adoção de sistemas agroflorestais, além de fixar carbono e recuperar o solo, também oferece geração de renda segura aos produtores locais, o que fortalece as políticas de desenvolvimento territorial sustentável, essa ação se alinha com o ODS 15 - Vida Terrestre (Banco do Brasil, 2023).

A Suzano desenvolve uma atuação multifacetada com forte aderência às diretrizes do PMVA. O projeto “Guardiões da Floresta”, implementado em comunidades com o plantio da empresa, articula ações educativas comunitárias para reduzir a caça ilegal, o desmatamento e os incêndios florestais. Com campanhas regulares em escolas e comunidades, o projeto impactou 27.887 pessoas em 2024 (SUZANO, 2024) e contribui diretamente para a Diretriz 3 – Educação Ambiental, além do ODS 15 – Vida terrestre. Para os municípios envolvidos, essa colaboração representou um avanço na prevenção de queimadas e na valorização da floresta como patrimônio coletivo.

Além disso, a empresa implementou um projeto piloto de recuperação de nascentes com apoio de ferramentas de inteligência artificial (SUZANO, 2024). A ação contribui para a Diretriz 9 – Recursos Hídricos (RH), uma das mais desafiadoras no contexto municipal. A análise territorial e o diagnóstico ambiental das bacias ocupadas oferecem aos municípios acesso a tecnologias e mapeamentos que seriam de difícil execução sem o apoio privado.

Outro destaque da Suzano é o projeto em parceria com a Cooperativa de Catadores Acamar, em Capão Bonito, onde foi criado um Centro de Educação Ambiental para ampliar a conscientização sobre reciclagem e coleta seletiva. A iniciativa beneficiou diretamente 56 famílias e retirou mais de 120 pessoas da linha da pobreza (SUZANO, 2024), promovendo inclusão social com foco na Diretriz 3 – Educação Ambiental (EA). Para o município, os ganhos foram múltiplos: melhoria nos índices de gestão de resíduos, inclusão produtiva, engajamento comunitário e pontuação no PMVA .

Em Cajamar, a Natura viabilizou uma política de incentivo à coleta seletiva por meio da troca de recicláveis por moeda social, utilizada na aquisição de produtos da marca Avon. Com apoio da prefeitura e doação de R\$ 4,4 milhões em produtos (NATURA, 2024), a iniciativa fortalece a Diretriz 5 – Resíduos

Sólidos (RS) ao estimular a participação cidadã e criar valor econômico a partir do resíduo urbano. A experiência demonstra como empresas podem atuar como catalisadoras de novos arranjos institucionais entre gestão pública, setor privado e população

A iniciativa AMA, da Ambev, já direcionou mais de R\$10 milhões para 130 projetos de acesso à água, beneficiando 1,4 milhão de pessoas em comunidades do semiárido, periferias urbanas e aldeias indígenas. Em resposta aos impactos da pandemia, o programa foi estendido para áreas urbanas, com ênfase na escuta das demandas locais (AMBEV, 2025). A ação contribui diretamente para a Diretriz 4 – Saneamento Básico (SB) do PMVA, reforçando o direito à água como eixo de justiça socioambiental e ampliando a capacidade de atendimento a populações historicamente negligenciadas.

A Toyota promoveu 50 apresentações teatrais em escolas de Indaiatuba, Sorocaba e Porto Feliz, por meio do projeto “Turma da Ação”, com foco em responsabilidade ambiental (TOYOTA, 2023). A iniciativa se alinha à Diretriz 3 – Educação Ambiental (EA), utilizando a linguagem cultural como estratégia pedagógica. Para os municípios, o benefício reside em ações educativas de baixo custo e alto impacto, que mobilizam crianças e jovens como agentes transformadores da sustentabilidade local.

Por meio da preservação de mais de 25 mil hectares, a Coca-Cola atingiu a meta de reposição de 100% da água utilizada em unidades localizadas em Jundiaí, Mogi das Cruzes e Bauru (COCA-COLA, 2024). A ação demonstra que o setor privado pode liderar projetos de compensação hídrica escaláveis e replicáveis, com ganhos para o ciclo hídrico urbano e para a segurança ambiental dos territórios e proteção de nascentes.

O Programa Pfizer de Educação Ambiental beneficia escolas públicas de Itapevi, envolvendo toda a comunidade escolar em projetos temáticos anuais sobre sustentabilidade (PFIZER, 2023). A iniciativa contribui para a Diretriz 3 Educação Ambiental (EA) ao promover a transversalidade da temática ambiental no currículo escolar. O apoio técnico e a continuidade pedagógica oferecida pela empresa fortalecem a formação de uma cultura ambiental nas redes públicas locais.

Com o programa Havaianas Praia + Limpa, a empresa promoveu ações de limpeza em praias brasileiras, mobilizando mais de 600 pessoas e recolhendo

567 kg de resíduos e 26.055 bitucas de cigarro em diversas cidades do Brasil (Rio de Janeiro - RJ, Florianópolis e Garopaba - SC, Ilhéus - BA, Ilhabela e Ubatuba - SP), (ALPARGATAS, 2023). Alinhada à Diretriz 1 – Governança Ambiental (GA), a iniciativa envolve poder público, população e cooperativas para ações regionalizadas. Além disso, com a parceria com a Coletando, implementou um ponto de coleta em Ferraz de Vasconcelos, oferecendo benefícios financeiros em troca de recicláveis, contribuindo para a Diretriz 5 – Resíduos Sólidos (RS) e para o ODS 10 – Redução das Desigualdades.

O programa Ecogesto da Heineken oferece apoio a cooperativas de catadores e promove educação ambiental por meio da instalação de Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) em parceria com governos locais (HEINEKEN, 2023), atendendo à Diretriz 5 – Resíduos Sólidos (RS). Já com a parceria com a SOS Mata Atlântica, restaurou 80% de uma fazenda de 500 hectares em Itu, com o plantio de 720 mil árvores (HEINEKEN, 2023), contribuindo para a recarga hídrica, preservação de nascentes e reflorestamento.

A Klabin promove duas frentes significativas. Com o programa de Apoio à Gestão Pública, já atuou em 14 municípios como Angatuba (em São Paulo), Telêmaco Borba, Ortigueira, Imbaú, Sapopema, Tibagi, Reserva, Curiúva, Rio Negro, Ventania (no Paraná), Otacílio Costa, Correia Pinto, Lages (em Santa Catarina) e além de Goiana (em Pernambuco) oferecendo capacitações e consultorias para planejamento e execução de políticas públicas (KLABIN, 2023), o que reforça a Diretriz 1 – Governança Ambiental (GA). Com o programa Caiubi pelo Clima, capacitou professores da rede estadual para trabalhar temas sobre emissões de gases de efeito estufa (GEE) e mudanças climáticas, colaborando com a Diretriz 3 – Educação Ambiental (EA) e fortalecendo a inserção da agenda climática no ambiente escolar.

O projeto de hortas escolares do iFood impacta cerca de 3 mil crianças na Grande São Paulo, com mais de 200 professores capacitados e 400 atividades pedagógicas realizadas (IFOOD, 2023). A ação responde à Diretriz 3 – Educação Ambiental (EA), promovendo a sustentabilidade alimentar e mudança de hábitos nas comunidades escolares. O modelo é altamente replicável e representa uma prática inovadora de conexão entre alimentação saudável, educação e meio ambiente.

Essas são algumas das iniciativas que podem ser replicadas em diferentes municípios, e para colocá-las em prática é necessária a participação ativa da gestão pública municipal em busca de inovação e participação cidadã, sendo a referência para articular com os gestores privados na implementação de medidas, por sua vez tendo a responsabilidade de buscar caminhos e apresentar as problemáticas municipais de forma clara. Após o mapeamento, permitiu-se observar os objetivos de desenvolvimento sustentável do PMVA e diretrizes que foram atendidos (Tabela 5 e 6), o que mostrou uma versão abrangente, podendo ser replicadas a diferentes cidades. Embora as estratégias de sustentabilidade desenvolvam iniciativas em um conjunto amplo dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), esta pesquisa mapeou apenas aqueles que apresentam correspondência direta com as diretrizes do Programa Município VerdeAzul (PMVA).

Quadro 5: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) contemplados nas iniciativas mapeadas.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL CONTEMPLADOS
ODS 3: Saúde e bem-estar
ODS 4: Educação de qualidade
ODS 6: Água limpa e saneamento
ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis
ODS 12: Consumo e produção responsáveis
ODS 13: Ação contra a mudança global do clima
ODS 14: Vida na água
ODS 15: Vida terrestre
ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes
ODS 17: Parcerias e meios de implementação

Fonte: Autoria própria.

Quadro 6: Diretrizes do Programa Município VerdeAzul (PMVA) contempladas nas iniciativas mapeadas.

DIRETRIZES CONTEMPLADAS
DIRETIVA 1 – GOVERNANÇA AMBIENTAL (GA)
DIRETIVA 2 – ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS
DIRETIVA 3 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA)
DIRETIVA 4 – SANEAMENTO BÁSICO – ÁGUA, ESGOTO E DRENAGEM (SB)

DIRETIVA 5 – RESÍDUOS SÓLIDOS (RS)
DIRETIVA 6 – QUALIDADE DO AR E MITIGAÇÃO DE GEE (QA)
DIRETIVA 7 – BIODIVERSIDADE (BIO)
DIRETIVA 8 – ARBORIZAÇÃO URBANA (AU)
DIRETIVA 9 – RECURSOS HÍDRICOS (RH)

Fonte: Autoria própria.

Entre as iniciativas empresariais analisadas, observa-se uma predominância das ações associadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 15 – Vida Terrestre, 13 – Ação contra a mudança global do clima e 4 – Educação de qualidade. Tal tendência revela a centralidade da agenda ambiental e educativa nas estratégias de sustentabilidade corporativa. Do ponto de vista do Programa Município VerdeAzul (PMVA), as diretrizes mais frequentemente mobilizadas foram a Diretriz 3 – Educação Ambiental, a Diretriz 5 – Resíduos Sólidos e a Diretriz 6 – Qualidade do Ar e Mitigação de GEE. A Diretriz 3 aparece como a mais recorrente entre as práticas empresariais, associada ao seu alto potencial de engajamento comunitário, capilaridade nas redes escolares e baixo custo de implementação, campanhas de educação ambiental também contribuem para a pontuação em outras diretrizes do PMVA, como a Diretriz 2 – Adaptação às mudanças climáticas (MC) e a Diretriz 6 – Qualidade do ar e mitigação de GEE (gases de efeito estufa).

A concentração dessas práticas em determinadas diretrizes e ODS reflete uma combinação estratégica de fatores: a alta visibilidade e mensurabilidade das ações, a escalabilidade com baixo custo, a correspondência com os impactos diretos da cadeia produtiva e a possibilidade concreta de articulação com os governos locais. Ações como reflorestamento, coleta seletiva e educação ambiental não apenas geram indicadores comunicáveis nos relatórios ESG, como também sensibilizam o contato das empresas com a população, promovendo uma imagem corporativa responsável da marca.

5.3 Oportunidades de aproximação entre o setor público-privado

A aproximação entre o setor público e o setor privado em torno de objetivos ambientais comuns oferece ganhos mútuos relevantes, tanto sob a perspectiva da gestão pública quanto da estratégia empresarial. O setor público,

por meio de programas como o PMVA, dispõe de capacidade institucional para mobilizar políticas públicas, regulamentações, instrumentos de planejamento urbano e diálogo com a sociedade civil. Ao estabelecer parcerias com empresas comprometidas com os princípios ESG, os municípios ganham acesso a recursos técnicos, financeiros e tecnológicos que muitas vezes estão além de sua capacidade orçamentária. Já o setor privado encontra nesse processo uma oportunidade de aplicar suas ações de responsabilidade socioambiental de forma territorializada, com legitimidade institucional, visibilidade pública e impactos mensuráveis. O resultado é um modelo de co-produção de valor, no qual políticas ambientais ganham escala e profundidade, enquanto as empresas reforçam sua imagem de responsabilidade e inovação sustentável.

No entanto, essa integração exige cautela e planejamento. Parcerias mal estruturadas podem gerar dependência de financiamento privado, descontinuidades administrativas em mudanças de gestão municipal e, em casos extremos, comprometer a autonomia e a responsabilidade fiscal da administração pública. É necessário estabelecer instrumentos jurídicos claros, como termos de cooperação e convênios com cláusulas de contrapartida equilibrada, que assegurem transparência e alinhamento com o interesse público. Além disso, cabe ao poder público garantir que as ações propostas não substituam políticas estruturantes, mas sim atuem de forma complementar e estratégica. A ausência de critérios técnicos na seleção de parceiros ou a negligência na avaliação de impactos podem comprometer tanto a legitimidade da política ambiental quanto a credibilidade institucional do município.

6. CONCLUSÃO

Ao final desta pesquisa, conclui-se que as ações colaborativas entre os setores público e privado, quando devidamente articuladas e integradas à gestão ambiental municipal, representam um importante instrumento para o avanço nas diretrizes do Programa Município VerdeAzul (PMVA) e no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A análise das iniciativas desenvolvidas pelas empresas líderes no Ranking Merco de Responsabilidade ESG evidencia que o setor privado tem adotado práticas sustentáveis não apenas como exigência normativa ou regulatória, mas como parte de uma estratégia reputacional capaz de agregar valor institucional à marca, gerar impactos

positivos no território e atender à crescente demanda por responsabilidade corporativa.

As experiências analisadas revelam que ações como educação ambiental, mobilidade sustentável, restauração de áreas degradadas e fortalecimento de cadeias de reciclagem podem ser adaptadas à realidade dos municípios paulistas, especialmente os de pequeno e médio porte, desde que haja capacidade institucional, apoio técnico e articulação política para sua implementação. Observa-se, portanto, que o gestor público municipal exerce papel central nesse processo, sendo responsável por reconhecer as oportunidades, propor mecanismos de cooperação e garantir a continuidade das ações para além dos ciclos administrativos ou da dependência de investimento privado.

Contudo, a pesquisa também evidencia que ainda existem desafios estruturais que limitam a escalabilidade dessas parcerias, como a fragilidade técnica das equipes municipais, a ausência de instrumentos de fomento adequados e a falta de normativas específicas. Nesse sentido, recomenda-se a institucionalização de mecanismos de apoio técnico, o fortalecimento do papel da SEMIL como articuladora de boas práticas e a criação de políticas públicas estaduais que incentivem, reconheçam e financiem arranjos colaborativos voltados à sustentabilidade municipal. Em última análise, reforça-se que a transição para um modelo de desenvolvimento mais sustentável e equitativo nos municípios passa, necessariamente, pela capacidade de unir esforços entre diferentes setores da sociedade.

Como proposta para trabalhos futuros, sugere-se o aprofundamento da análise em relação ao impacto real das iniciativas corporativas nos indicadores municipais de sustentabilidade, por meio de estudos de caso em territórios específicos. Além disso, seria relevante ampliar a amostra para além das empresas do ranking MERCO, incluindo companhias de médio porte e de atuação regional, a fim de compreender a diversidade de estratégias ESG e seu alinhamento às diretrizes do PMVA. Também se recomenda investigar os fatores que facilitam ou dificultam a efetivação de parcerias público-privadas voltadas à agenda ambiental, explorando o papel do gestor público como articulador e os instrumentos legais disponíveis para formalização dessas cooperações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Editora Abril, 2012.

ALPARGATAS, **Relatório Anual de Sustentabilidade**. 2023, Disponível em: <<https://ri.alpargatas.com.br/sobre-a-alpa/sustentabilidade/>> . Acesso em: 26 de maio de 2025.

AMBEV, **Relatório Anual de Sustentabilidade**. 2025, Disponível em: <<https://ri.ambev.com.br/relatorios-publicacoes/relatorios-anuais-e-sustentabilidade/>> . Acesso em: 26 de maio de 2025.

BANCO DO BRASIL **Relatório Anual**. 2023, Disponível em: <<https://www.bb.com.br/site/sustentabilidade/como-bb-atua/>> . Acesso em: 26 de maio de 2025.

Bursztyn, M. A., & Bursztyn, M. (2012). **Fundamentos de política e gestão ambiental: Caminhos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/958712/mod_resource/content/3/Fundamentos%20de%20pol%C3%ADtica%20e%20gest%C3%A3o%20ambiental.pdf> Acesso em 8 de junho de 2024.

CABRERO, José Daniel Barquero; SANMARTÍN, M^a de las Mercedes Cancelo. **Company philosophy and its reputation through an analysis of the MERCO ranking**. European Accounting and Management Review, v. 7, n. 2, p. 40-52, maio 2021.

CARDOSO, Andreza Soares; SANTOS JR, Roberto Araujo Oliveira. Indicadores de sustentabilidade e o ideário institucional: um exercício a partir dos ODM e ODS. Ciência e Cultura, v. 71, n. 1, p. 50-55, 2019.

COCA-COLA, **INTEGRATED REPORT 2024**. 2024, Disponível em: <<https://coca-colafemsa.com/pt-br/categoria-reporte/reporte-anual-pt/>> . Acesso em: 26 de maio de 2025.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. 1988. Disponível em <<https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/prateleira-ambiental/nosso-futuro-com-um-relatorio/>>. Acesso em: 15 de maio de 2025

DANTAS, Marina Kolland; PASSADOR, Cláudia Souza. **Programa Município VerdeAzul: uma análise integrada da gestão ambiental no estado de são paulo**. Organizações & Sociedade, [S.L.], v. 27, n. 95, p. 820-854, dez. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1984-9270958>.

FARIAS, Luiz Alberto de e VERGILI, Rafael e ATTENE, Roberta Beatriz Cirillo. ESG e tecnologia: como empresas divulgam aspectos ambientais, sociais e de governança no mundo digital?. Organicom, v. 21, n. 45, p. 340-358, 2024

Tradução. Disponível em:
<https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2024.220551>. Acesso em: 08 jun. 2025.

HEINEKEN, **Relatório de Sustentabilidade**. 2023, Disponível em:
<<https://www.heinekenbrasil.com.br/sustainability-report-2022-2023/###>> . Acesso em: 26 de maio de 2025.

IFOOD, **Relatório de Sustentabilidade**. 2023, Disponível em:
<<https://institucional.ifood.com.br/transparencia/>> . Acesso em: 26 de maio de 2025.

ITAU, **Relatório ESG**. 2024, Disponível em:
<<https://www.itau.com.br/sustentabilidade/>> . Acesso em: 26 de maio de 2025.

KLABIN, **Relatório de Sustentabilidade**. 2023, Disponível em:
<<https://rs2023.klabin.com.br//>> . Acesso em: 26 de maio de 2025.

LIZARZABURU BOLAÑOS, E. R.; DEL BRÍO, J. Evolución del sistema financiero peruano y su reputación bajo el índice Merco. Período: 2010-2014. Suma de Negocios, v. 7, n. 16, p. 94–112, 2016.

MERCO. Disponível em: <https://www.merco.info/br/ranking-merco-empresas>
Acesso em: maio de 2025.

MOREA, D.; Gattermann Perin, M.; Kolling, C.; de Medeiros, J.F.; Duarte Ribeiro, J.L. Environmental Product Innovation and Perceived Brand Value: The Mediating Role of Ethical-Related Aspects. Sustainability 2023, 15, 10996.
<https://doi.org/10.3390/su151410996>

NATURA, **Relatório Integrado Natura &Co**. 2024, Disponível em:
<<https://www.natura.com.br/relatorio-anual>> . Acesso em: 26 de maio de 2025.

OLIVEIRA , Mayla Furlaneti; VERONESE , Thábata Biazzuz; MORALES , Angélica Gois. **A relevância da adesão dos municípios ao programa município VerdeAzul do estado de São Paulo à luz dos objetivos de desenvolvimento sustentável da agenda 2030 da ONU** . Scientific Journal ANAP, [S. l.], v. 1, n. 4, 2023. Disponível em:
<https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/anap/article/view/3973>.
Acesso em: 3 abr. 2025.

Organização das Nações Unidas. (2015). **Transformando nosso mundo: A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Disponível em:
<<https://brasil.un.org/pt-br>> Acesso em 5 de junho de 2024.

Penna, G. P. C., Silva Filho, C. F. da, Ferrari, V. E., & Georges, M. R. R. (2022). ADESAO AOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) PELAS EMPRESAS BRASILEIRAS. Latin American Journal of Business Management, 13(2). Recuperado de <https://www.lajbm.com.br/journal/article/view/713>

PFIZER **Environmental, Social & Governance Report**. 2023, Disponível em: <<https://www.pfizer.com.br/responsabilidade-social>> . Acesso em: 26 de maio de 2025.

SEMIL (Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística) **O Programa Município VerdeAzul**, 2024. Disponível em: <<https://semil.sp.gov.br/verdeazuldigital/o-projeto/r>> Acesso em 5 de maio de 2025.

SUZANO, **RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2024**. 2024, Disponível em: <<https://www.suzano.com.br/sustentabilidade/relatorios-de-sustentabilidade>> . Acesso em: 26 de maio de 2025

SWANSON, AuPhil; LUNDETHORS, Leiv. **Public environmental expenditure reviews (PEERs)**. Environment Strategy Papers, n. 7, 2003

TOYOTA, **RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2022-2023**. 2023, Disponível em: <<https://www.toyota.com.br/mundo-toyota/posicionamento-esg>> . Acesso em: 26 de maio de 2025